

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO DE SIGLAS	11
NOTA INTRODUTÓRIA	15
CAPÍTULO I. Fontes formais	19
11. Constituição Federal	19
12. Emenda Constitucional n. 20/98	21
13. Lei de Introdução ao Código Civil	21
14. Normas legais	22
15. Regras regulamentares.....	22
16. Portarias administrativas	27
17. Entendimentos e enunciados	27
18. Pareceres normativos	27
19. Decisões jurisprudenciais.....	28
20. Condensações sumulares.....	28
CAPÍTULO II. Escorço histórico.....	32
21. Antes da LOPS.....	32
22. Lei Orgânica.....	34
23. Decreto-lei n. 72/66.....	34
24. Mudanças da lei n. 5.890/73	34
25. Consolidação das leis da Previdência Social.....	36
26. Constituição Federal de 1988	36
27. A partir de julho de 1991	37
28. Lei n. 9.032/95.....	37
29. Regulamento das leis básicas.....	38
30. Lei n. 9.876/99.....	38
CAPÍTULO III. Espectro da relação jurídica.....	39
31. Ausência de direito.....	40
32. Pretensão substantiva.....	41
33. Expectativa de direito	42
34. Faculdade jurídica	43

35.	Exercício condicionado	44
36.	Aquisição do direito	45
37.	Direito adquirido	46
38.	Extinção do poder	49
39.	Prescrição de mensalidades	49
40.	Resgate das prerrogativas	50
CAPÍTULO IV. Conceito doutrinário		51
41.	Francesco Gabba	53
42.	Paul Roubier	53
43.	Plácido e Silva	54
44.	Franzem de Lima	55
45.	Celso Bastos	55
46.	Rubens Limongi	56
47.	Agostinho Alvim	56
48.	Feijó Coimbra	57
49.	Armando Assis	57
50.	Sérgio Martins	57
CAPÍTULO V. Prática do instituto		59
51.	Pessoalidade do direito	59
52.	Integração no patrimônio	60
53.	Magnitude da expressão	63
54.	Temporalidade do exercício	63
55.	Juridicidade do mecanismo	64
56.	Alcance da abrangência	64
57.	Termo da revisão	66
58.	Elementos não alcançados	67
59.	Origem do instrumento	67
60.	Renúncia da faculdade	68
CAPÍTULO VI. Validade específica		69
61.	Fundamentos filosóficos	69
62.	Prática do direito	71
63.	Retroatividade e irretroatividade	72
64.	Inclusão de elementos	76
65.	Norma benéfica	78
66.	Direito e direito adquirido	80
67.	Coisa julgada	82
68.	Cabimento lógico	82
69.	Pressupostos mínimos	84
70.	Interesse público	86

CAPÍTULO VII. Emenda Constitucional n. 20/98.....	89
71. Relevância do instituto	89
72. Respeito ao direito adquirido.....	90
73. Imunidade exacional	92
74. Observância da legislação pretérita	92
75. Generalidade das garantias	94
76. Tempo de serviço	95
77. Benefícios não incluídos	96
78. Limite do ministro	97
79. Posição do ex-servidor.....	97
80. Garantias contra a Lei Maior	99
CAPÍTULO VIII. Emenda Constitucional n. 41/03.....	105
81. Limite máximo	105
82. Patamar transitório	106
83. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	107
84. Professor público.....	107
85. Dispensa de contribuição	108
86. Direito adquirido	109
87. Contribuição dos jubilados	109
88. Aposentadoria na transição.....	110
89. Regras da paridade.....	110
90. Emenda Constitucional n. 47/05	112
CAPÍTULO IX. Aposentadoria especial.....	113
91. Direito de categoria	114
92. SB-40 pretéritos	115
93. Laudo técnico	115
94. Critérios de conversão	116
95. Penosidade e periculosidade	118
96. Equipamentos de proteção	119
97. Limites de tolerância	120
98. Habitualidade e permanência.....	120
99. Retroações administrativas.....	121
100. Parecer CJ/MPAS n. 1.331/98	121
CAPÍTULO X. Validade no custeio.....	123
101. Escala de salários-base	123
102. Limite do salário de contribuição.....	124
103. Descumprimento da Lei n. 6.332/76	125
104. Acordo de parcelamento	126

105.	Certidão negativa de débito	126
106.	Seguro de acidente do trabalho	127
107.	Retroação da multa	128
108.	Contribuição para a assistência médica.....	129
109.	Isenção fiscal.....	129
110.	Volta do aposentado ao trabalho.....	130
CAPÍTULO XI. Previdência complementar		131
111.	Critérios válidos	136
112.	Contratualidade da relação	136
113.	Possibilidade de mudanças.....	137
114.	Liquidação extrajudicial	139
115.	Influência da norma pública	140
116.	Complementação extemporânea	142
117.	Enunciado TST n. 51.....	143
118.	Enunciado TST n. 288.....	145
119.	Razões superiores	145
120.	Atualização dos valores	146
CAPÍTULO XII. Acordos internacionais.....		152
121.	Alcance dos acordos	153
122.	Convenção OIT n. 157	153
123.	Brasil-Luxemburgo	155
124.	Brasil-Portugal.....	155
125.	Brasil-Espanha	155
126.	Brasil-Itália.....	156
127.	Brasil-Cabo Verde	156
128.	Brasil-Chile	156
129.	Brasil-Argentina.....	156
130.	Brasil-Uruguai.....	157
CAPÍTULO XIII. Casos particulares		158
131.	Ex-combatente e aeronauta	158
132.	Ordem de serviço n. 619/99.....	162
133.	Período básico de cálculo	163
134.	Reajustamento dos benefícios.....	164
135.	Servidores ferroviários	165
136.	Auxílio-acidente.....	165
137.	Contribuição dos inativos	165
138.	Designação de dependentes.....	173
139.	Benefícios por incapacidade	174
140.	Fator previdenciário	174

CAPÍTULO XIV. Direito à desaposentação	177
141. Conceito doutrinário	182
142. Pressupostos jurídicos	182
143. Revisão da renda mensal.....	183
144. Atualização dos valores	184
145. Posição dos gestores	184
146. Tempo de serviço	184
147. Renúncia às mensalidades	185
148. Restituição do devido	185
149. Desistência da desaposentação	186
150. Regulamentação da matéria	186
CAPÍTULO XV. Direito de mudanças.....	187
151. Introdução da matéria	187
152. Relação previdenciária	188
153. Irretroatividade da norma	189
154. Expectativa e direito adquirido	190
155. Regras de transição	192
156. Direito em formação	192
157. Poder original e derivado	193
158. Cláusula pétrea	193
159. Direito de mudar	194
160. Pressuposto lógico	195
CAPÍTULO XVI. Conclusões.....	197
161. Natureza jurídica	197
162. Razões culminantes	197
163. Interesse público	197
164. Legitimidade científica	198
165. Coisa julgada.....	198
166. Especificidade previdenciária	198
167. Fronteiras e limites	198
168. Elementos internos.....	199
169. Não exercício oportuno	199
170. Outros institutos	199
OBRAS DO AUTOR.....	201